

O DESINTERESSE PELA POLÍTICA EM NÚMEROS.

A participação política movida pela obrigatoriedade legal.

Quando se toma como parâmetro o ano de 2010, que foi um ano eleitoral, percebe-se que, segundo dados do IBGE¹ (www.ibge.org.br), tínhamos 6.784.107 jovens com 16 ou 17 anos integrando a população residente no Brasil. Todavia, os dados do TSE² (www.tse.jus.br) demonstram que, no mesmo ano, tínhamos apenas 3.156.935 eleitores nessa faixa etária.

Como o alistamento eleitoral é facultativo aos jovens com 16 ou 17 anos³, chega-se à óbvia conclusão de que, nesse grupo de eleitores facultativos, apenas 46,53% preocupou-se em habilitar-se para a eleição de 2010.

O número de cidadãos habilitados a participar da eleição aumenta substancialmente quando se analisa faixas etárias em que o alistamento eleitoral, por se tornar obrigatório, não depende mais do livre desejo de participação política do indivíduo.



Basta verificar que, ainda em

* A obrigatoriedade do voto inicia aos 18 anos.

2010, tínhamos, segundo o IBGE, 13.848.484 pessoas com idade entre 21 e 24 anos integrando a população residente, sendo que os dados do TSE para o mesmo ano

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

² Tribunal Superior Eleitoral

3 CF/88. Art. 14. § 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

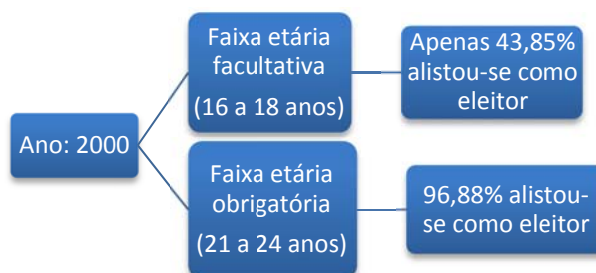
b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

demonstram que havia 13.050.412 eleitores que se enquadravam na referida faixa etária. Em outras palavras: nessa faixa etária de alistamento obrigatório, 94,32% da população residente tinha inscrição eleitoral.

Infelizmente, a realidade acima descrita não é circunstancial e nem pode ser explicada a partir de elementos conjunturais decorrentes de alguma especificidade presente no ano de 2010. O

desinteresse político, além de mensurável, é estrutural. A análise dos dados referentes ao ano de 2000 demonstra que, também naquela



época, estavam alistados como eleitores apenas 43,85% dos jovens de 16 ou 17 anos integrantes da população residente no Brasil, ao passo que, na faixa etária de 21 a 24 anos, quando já se tinha o ônus da obrigatoriedade, saltamos para 96,88% dos residentes no Brasil inscritos como eleitores⁴.

Para fortalecer o argumento do desinteresse generalizado pela participação política, também é possível analisar a proporção entre votos válidos e eleitores inscritos.

Em 2010, segundo o TSE, o Brasil possuía 135.804.433 eleitores. Não obstante, ocorreram apenas 99.463.917 votos válidos para o cargo de Presidente da República no segundo turno da eleição. Isso que dizer que 26,76% dos eleitores habilitados (36.340.516 cidadãos)⁵, ou não compareceram às urnas, ou compareceram apenas para votar em branco ou nulo.

Ano:2012



⁴ Segundo dados do IBGE, no ano de 2000 havia 12.617.041 pessoas residentes no Brasil com idade entre 21 e 24 anos. Para o mesmo ano, o TSE informa que havia 12.223.709 eleitores com idade entre 21 e 24 anos.

⁵ Esse número é maior do que a população inteira do Canadá (34,88 milhões em 2012) e supera em quase 5 milhões a soma das populações de Portugal (10,53 milhões em 2012), Chile (17,46 milhões em 2012), Uruguai (3,39 milhões em 2012).

Destaque-se que esse grande distanciamento do eleitor ocorre em um país onde o **voto é obrigatório** e cuja ausência às urnas expõe o faltoso às pesadas sanções do artigo 7º do Código Eleitoral. O que haveria de acontecer, então, se o voto não fosse obrigatório?

Existe ainda um dado que não se pode extrair da fria análise dos números, mas que a experiência cotidiana faz saltar aos olhos: grande parte dos eleitores, mesmo aqueles que comparecem e votam validamente, praticam o ato como mera formalidade decorrente da obrigação legal, sem o exercício de reflexão que necessariamente deve anteceder-lo e sem o conhecimento teórico relativo aos sistemas eleitorais que está utilizando. Aliás, a maioria dos eleitores nem mesmo sabe o que são os sistemas majoritário e proporcional.

Como consequência, o grande êxito alcançado pelos “puxadores de votos” a cada eleição leva a situações esdrúxulas, como a eleição de um candidato ao cargo majoritário e a composição de bancadas parlamentares totalmente antagônicas às ideologias defendidas

por ele, como se os eleitores criassem, com sua incoerência eleitoral, as condições ideais para inviabilizar no legislativo o cumprimento das propostas e promessas feitas pelo candidato ao cargo majoritário que eles mesmos elegeram.

Trata-se da materialização de um paradoxo que nasce da falta de entendimento acerca do funcionamento do sistema, e que, entre outros problemas, leva aos “mensalões” utilizados pelos representantes do Poder Executivo para comprar no

CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA ÀS URNAS.

Código Eleitoral.

Art. 7º.

(...). § 1º. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

I - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;

II - receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou para estatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

IV - obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;

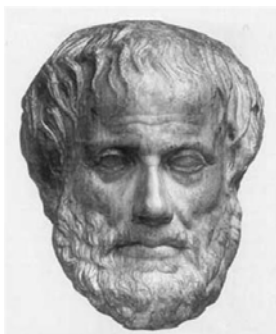
V - obter passaporte ou carteira de identidade;

VI - renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;

VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.

Poder Legislativo o apoio que seus próprios eleitores não foram capazes de lhes dar nas urnas.

A origem do desinteresse.



Aristóteles (384 a.C – 322 a.C), o filósofo grego, disse que o jovem, em geral, não é bom ouvinte acerca dos assuntos relacionados à política, pois ela trata dos temas práticos da vida, acerca dos quais a juventude, em princípio, não tem muita experiência e nem conhecimento teórico⁶, o que impediria, portanto, o surgimento espontâneo de interesse, já que ninguém tem apreço por assuntos que lhe são distantes e obscuros.

A ausência sistemática de um assunto ao longo da juventude, quando estão em formação a personalidade, os hábitos e interesses que moldam cada indivíduo, tende a perpetuar-se ao longo da vida, tornando-se um traço cultural difícil de ser modificado, haja vista que enraizado profundamente no caráter da pessoa.

O próprio Aristóteles arremata dizendo que *“não faz diferença que se seja jovem em anos ou no caráter; o defeito não depende da idade, mas do modo de viver (...).”* Quem vive totalmente apartado de um tema ao longo da juventude, tende a manter o distanciamento ao longo da maturidade.

Para superar essa dificuldade natural, a providência mais óbvia seria, então, ajustar o nosso modo de viver, que atualmente valoriza excessivamente o individual (egoísmo) em detrimento do coletivo (altruísmo), razão pela qual as pessoas se consomem exclusivamente nos assuntos privados, como se eles fossem sustentáveis por si mesmos, sem qualquer preocupação com a sua existência em um contexto coletivo muito maior, que lhe dá sentido e sustentabilidade.

Na prática, o que se faz necessário é a inserção de temas ligados à educação política e ao exercício da cidadania no cotidiano dos jovens em formação cultural, a fim

⁶ A passagem está no título 3 do livro I de “Ética a Nicômaco”, uma obra que Aristóteles escreveu ao seu filho Nicômaco, no intuito de instruí-lo acerca das relações entre ética, política e felicidade.

de que o interesse pelo assunto surja gradualmente, de modo espontâneo, para que, com o tempo, seja fixado definitivamente na consciência em desenvolvimento, passando a integrar, sem maiores esforços e com autonomia, as especulações e curiosidades da vida cotidiana.

Essa parece ser a proposta (esquecida) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que em seu artigo 2º impõe à educação a responsabilidade de preparar o indivíduo “para o exercício da cidadania”. No entanto, a despeito da previsão legal, ninguém sai da escola sabendo quais são suas prerrogativas e possibilidades de

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96, art. 2º)

(...)

art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

participação política ou de fiscalização e controle dos atos estatais. Ninguém compreende os sistemas eleitorais e nem entende a grande importância dos partidos políticos para a consolidação da democracia. Poucos são capazes de analisar com profundidade como suas escolhas eleitorais contribuem para a dinâmica do poder, a construção do espaço público e a persecução da felicidade individual e do bem comum.

Os temas da política, como já denunciava Aristóteles no séc. IV a.C., continuam ausentes do cotidiano dos cidadãos em formação hoje em dia, criando a insuperável cultura da alienação, que se desenvolve diante do acintoso descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do olhar desatento da sociedade.

Fortalecendo o desinteresse político construído culturalmente por intermédio da não inserção do tema na educação dos jovens, existe ainda uma grande aversão moral associada ao assunto “política”, como se ele tivesse alguma característica ontológica que o alocasse, por si mesmo, no campo do ruim, do sujo e do indesejável.

A aversão moral decorre do grande número de atos de corrupção e improbidade que povoam a cena política, e que, desde a mais tenra infância, o indivíduo habituou-se a observar nos noticiários e nas conversas dos seus pais ou formadores de opinião. Política, quando muito, é piada. Nada de sério, probó ou moral associa-se a ela, e, ao invés disso, o que surge a todo o momento são os maus exemplos que vêm a lume com os escândalos que se sucedem infinitamente nas mídias de massa.

Ao menos sob esse aspecto, é possível intuir que os principais males decorrentes da corrupção e da improbidade não são propriamente os resultados diretos dos prejuízos que causam ao Erário, mas sim o desvio axiológico que causam na formação humana dos cidadãos, pois eles perdem a fé na política e no Estado, distanciam-se da vida pública, enfraquecem a democracia com seu comportamento omissivo e, desse modo, criam as condições ideais para o surgimento de mais corrupção. Em resumo: corrupção leva a distanciamento político, que por sua vez leva a mais corrupção, que leva a mais distanciamento político.

O que há de mais perverso na corrupção é o fato de ela ser o motor de um círculo vicioso, que faz da própria corrupção o combustível que a fortalece e perpetua.

Um exemplo contemporâneo do funcionamento desse mecanismo é a importância que o eleitorado deu ao julgamento da Ação Penal 470, que correu perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Conhecida coloquialmente como “ação do mensalão”, ela tratou do julgamento de um dos maiores escândalos

envolvendo corrupção e desvio de recursos públicos para compra de apoio político no parlamento federal. Mesmo assim, segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa DATAFOLHA a partir de pesquisa realizada nos dias 26 e 27/9/2012, 81% do eleitorado paulistano afirmou que não mudou o voto por causa do mensalão; 18% afirmou não saber que o julgamento existe; 17% afirmou saber que o julgamento existe, apesar de estar mal informado a seu respeito; 46% afirmou que está mais ou menos informado sobre o assunto.

CÍRCULO VICIOSO DA CORRUPÇÃO



Ora, se às vésperas da eleição de 2012, no município mais rico da federação, observou-se esse nível de desinteresse por um assunto político tão relevante, o que se pode esperar dos municípios instalados nos rincões mais distantes do Brasil, onde os níveis de educação e renda nem de longe se comparam aos de São Paulo?

É óbvio que essa letargia política incentiva partidos e candidatos a trilhar o caminho da improbidade e da corrupção, pois sabem que a conduta desabonadora, mesmo na hipótese de ser descoberta, não trará significativos ônus políticos junto à opinião pública que os mantém no poder.

Em suma, o desinteresse pela política é construído culturalmente, à margem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fazendo com que a formação técnica e humana, ao contrário do que é previsto em lei, ocorra totalmente apartada dos temas relacionados à discussão política e às práticas sociais. Essa omissão, por seu turno, cria raízes no indivíduo, consolidando como um traço perpétuo da sua personalidade o baixo nível de interesse político que lhe era natural na adolescência, mas que poderia ter se transmutado em interesse e engajamento, caso tivesse ocorrido, ao longo do amadurecimento, o contato rotineiro com tais assuntos e o aprofundamento gradual dos temas relacionados à política.

Assim, a política, uma das atividades mais elevadas e características da condição humana, assume culturalmente as feições de um assunto desestimulante, que atrai a aversão e o desprezo não apenas dos jovens, mas de toda a sociedade. Os bons cidadãos saem da vida política, abrindo espaço para os maus, que tornam atual a célebre frase de Platão: **“O castigo dos bons que não fazem política é serem governados pelos maus”**.

Atualmente, os maus políticos não precisam mais fraudar as urnas como acontecia na época da política do café-com-leite. A fraude, agora, ocorre na consciência dos eleitores, bem antes das eleições, e, sem que haja qualquer manejo grosseiro das cédulas ou votos eletrônicos, chega-se aos mesmos resultados nefastos do passado.

Corrigindo o problema.

É preciso cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, por intermédio de uma educação realmente voltada para o exercício da cidadania, quebrar os paradigmas estabelecidos, rompendo o ciclo vicioso acima descrito, que leva inevitavelmente ao distanciamento político.

Essa educação há de afastar a noção de que política é coisa de gente desonesta, apesar dos desonestos que existem na política, oportunamente ocupando os espaços não utilizados pelos honestos. Ela precisará esclarecer que política não é o campo dos estratagemas e ardis nocivos ao bem comum, muito embora o desinteresse generalizado e a falta de participação social favoreçam práticas ímprobas e desvios de conduta, que em regra caem no esquecimento ou não sensibilizam aqueles a quem prejudicam.

Política é o que há de mais elevado em nossa condição humana. Aristóteles dizia que nós somos “animais políticos”, pois apenas na realização racional da política é que damos vazão ao que há de único no animal homem.

Mesmo que de modo inconsciente, fazemos política e tomamos partido o tempo todo. Estamos continuamente acatando ou rechaçando ideologias. Se você resolve trabalhar antes de concluir os estudos, há, nessa escolha, uma ideologia política inserida, muitas vezes induzida por circunstâncias sociais que decorrem de outras escolhas políticas suas ou de terceiros. Se você é vegetariano, se gosta de acompanhar a moda, se não fala com seus vizinhos, se gosta de bajular seu chefe, em tudo isso, seguramente, há uma escolha política. Até mesmo o canal de televisão que você prefere assistir revela uma escolha política.

Engana-se, portanto, quem vira as costas para a política com a pueril noção de que, desse modo, escolheu não ser político. Ser político é inerente ao ser humano. Se você é humano, é político. Não se pode escolher entre ser político ou não ser político, assim como não se escolhe entre ser humano ou não ser humano. O que se pode é escolher entre ser um bom político ou um mau político, tanto quanto podemos escolher entre sermos bons ou maus seres humanos. Contudo, até isso é uma escolha política.

Gostar de política torna mais fácil escolher ser um bom político, assim como não gostar gera o efeito contrário. Por isso, muitos desses que, mesmo sem pensar a respeito, escolheram o afastamento e, conseqüentemente, são maus políticos, simplesmente tomaram o caminho mais fácil, pois foram induzidos a não gostar de política.

Mas por que não gostavam de política? Porque nunca tiveram intimidade com as suas regras práticas e teóricas. Talvez nunca tenham sido sequer apresentados a elas. Nunca compreenderam a sua beleza ímpar, sua insubstituível utilidade para a construção do bem comum e para a qualificação dos espaços sociais onde podemos exercer de modo pleno a nossa humanidade.

A voz das ruas em junho e julho de 2013.



Foto: Fabiano Costa (<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-cobertura-do-congresso-nacional.html>, acesso em 24/10/2013)

Pode soar paradoxal falar em desinteresse pela política quando, em junho e julho de 2013, milhares de jovens saíram às ruas envidando esforços no clamor popular pelo fim da corrupção, melhoria dos transportes públicos, níveis adequados de saúde, educação etc.

O paradoxo, no entanto, é apenas aparente. Em que pese à relevância do movimento como indicador de baixos níveis de satisfação, faz-se necessário destacar que participação política vai muito além de atender um chamado virtual e ir às ruas “reclamar”. É preciso agregar efetividade prática às reclamações. Participação sugere uma “parte” em “ação”, o que haverá de corresponder a bem mais do que verbalizar no espaço público máximas há muito presentes no imaginário popular.

O que vimos foi apenas a reprodução nacional de um fenômeno que outrora ocorria apenas em pequenos ambientes, onde as pessoas, conectadas pela

proximidade física, formavam uma rede local. Ainda acontece em auditórios e teatros: o surgimento de um liame inconsciente entre os presentes leva-os a comportamentos padronizados, induzidos pela marcha da peça, com simultâneos aplausos, vaias, lágrimas e sorrisos.

Nesses casos, a falta de liderança impede a síntese racional de um discurso acerca do espetáculo, obrigando seus produtores a presumirem a “crítica” a partir das emoções externadas pela plateia que se manifesta em rede. Todavia, vaias e aplausos decorrem de uma ação convicta ou muitos simplesmente acompanham o coro para evitarem o constrangimento de permanecerem inertes enquanto a rede age? Será que alguém foi introduzido na plateia para iniciar aplausos e vaias e, assim, conduzir a rede? Sem um discurso claro, que parâmetros serão utilizados para corrigir o show?

A internet, com suas redes sociais, gera conexões que formam grupos gigantescos, cujos integrantes prescindem da proximidade física das plateias, mas, assim como elas, não passam de uma rede efêmera aglutinada em torno de um atrativo qualquer. Agem em uníssono, mas desvinculados de um histórico, sem discursos e líderes. Em suma: são plateias manifestando emoções, não criam um discurso racional. Podem, com suas vaias e aplausos, introduzirem singelas alterações no espetáculo, mas elas ocorrerão segundo o manejo e a conveniência de quem dirige o show.

A democracia nos exige que sejamos mais do que plateia vaiando ou aplaudindo em uma catarse recreativa. Se não dirigirmos o show, não será democracia, mas não tem como dirigir apenas convocando pela internet a ocupação desordenada das ruas.

Participação política qualificada tem três fundamentos: informação, mobilização e ação. Há diversas ferramentas constitucionais destinadas a efetivá-los.

Com informação os indivíduos chegam aos detalhes dos problemas que os afligem, aos números associados a eles, ao que já se fez para saná-los etc; depois, podem então mobilizar pessoas para construir conjuntamente um discurso que proponha solucioná-los. Bem informados e mobilizados, fortalecendo e sendo fortalecidos por um grupo bem organizado (associação, ong, sindicato), munidos de um plano coerente, finalmente serão capazes de levar seu discurso ao Estado e agirem coletivamente para efetivar sua implantação – o que pressupõe uma liderança.

Há instrumentos constitucionais para trilhar o caminho indicado? Claro que sim: direito de acesso à informação pública, direito de associação, direito de reunião, direito de representação e petição junto à Administração e ao Ministério Público, ação popular, lei de iniciativa popular e, veja só, o voto! Esses são apenas alguns direitos. Todos podem ser fomentados e instrumentalizados pela internet.

Redes sociais ajudam, mas não mudam o fato de que participação política séria passa pelo tripé informação, mobilização e ação, com lideranças definidas, discursos claros e comprometimento histórico. Tudo isso vai bem além do efêmero “evento” de internet.

Se não aproveitarmos o momento para tratarmos dessas questões com a juventude, mais uma vez perderemos a oportunidade de sermos roteiristas e continuaremos como mera plateia. O show terminará, as luzes apagarão, e todos voltarão anonimamente às suas existências cordatas, ruminando impressões pessoais que nunca culminaram em um discurso coletivo ou em resultados estáveis.



Para refletir ...

(...)

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejar), evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem.

Mas não terá o seu conhecimento, porventura, grande influência sobre a essa vida? Semelhantes a arqueiros que têm um alvo certo para a sua pontaria, não alcançaremos mais facilmente aquilo que nos cumpre alcançar? Se assim é, esforcemo-nos por determinar, ainda que em linhas gerais apenas, o que seja ele e de qual das ciências ou faculdades constitui o objeto. Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença à arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados. Tais são, por conseguinte, os fins visados pela nossa investigação, pois que isso pertence à ciência política numa das acepções do termo.

(...)

Aristóteles. Ética a Nicômaco (Coleção Os pensadores – Vol. 2). São Paulo: Nova Cultural, 1991. Livro I.